

JUCESP PROTOCOLO
0.196.509/16-6

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A.

entre

USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A.

COMPANHIA AGRÍCOLA NOGUEIRAPIS

ANHUMAS S.A.

SERGIO LUIS COUTINHO NOGUEIRA

ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA

JOSÉ BONIFÁCIO COUTINHO NOGUEIRA FILHO

PAULO NOGUEIRA NETO

PAULO NOGUEIRA JUNIOR

LUIZ ANTONIO NOGUEIRA

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

29 de fevereiro de 2016

09 03 15

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 60.892.098/0001-60, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.028.562, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora");

COMPANHIA AGRÍCOLA NOGUEIRAPIS, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Anhumas s/n, inscrita no CNPJ sob o nº 46.018.495/0001-87, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.122.372, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Nogueirapis");

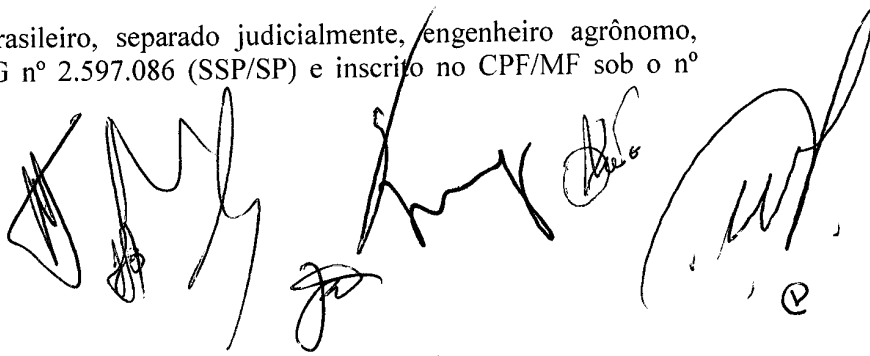
ANHUMAS S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Av. Selma Parada, nº 201, Condomínio Galeria Office Park, Conj. 01, 5º andar, sala 154, inscrita no CNPJ sob o nº 52.830.114/0001-62, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.096.932 ("Anhumas" e, em conjunto com a Nogueirapis, as "Fiadoras Pessoas Jurídicas");

JOSÉ BONIFÁCIO COUTINHO NOGUEIRA FILHO, brasileiro, viúvo, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.346.082 (SSP/SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 193.736.438-00, com escritório na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester ("José");

PAULO NOGUEIRA NETO, brasileiro, viúvo, professor universitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 482.890 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 000.559.138-49, com escritório na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester ("Paulo");

SERGIO LUIS COUTINHO NOGUEIRA, brasileiro, separado judicialmente, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.751.659 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 193.736.358-91, com escritório na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester ("Sergio");

PAULO NOGUEIRA JUNIOR, brasileiro, separado judicialmente, engenheiro agrônomo, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.597.086 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº



269.812.038-04, com escritório na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester ("Paulo Jr.");

ANTONIO CARLOS COUTINHO NOGUEIRA, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.167.067 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 049.682.388-43, autorizado pela outorga uxória de sua cônjuge, Stella Simonsen Paes de Almeida Coutinho Nogueira, brasileira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.583.598 (SSP/SP) e inscrita no CPF sob o nº 212.996.408-77, ambos com escritório na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester ("Antonio Carlos");

LUIZ ANTONIO NOGUEIRA, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.334.033-X (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 538.198.028-00, com escritório na Cidade de Cosmópolis, Estado de São Paulo, no Conjunto Industrial Usina Ester ("Luiz" e, em conjunto com os Srs. José, Paulo, Sergio, Paulo Jr. e Antonio Carlos, os "Fiadores Pessoas Físicas"; e, em conjunto com as Fiadoras Pessoas Jurídicas, os "Fiadores"); e

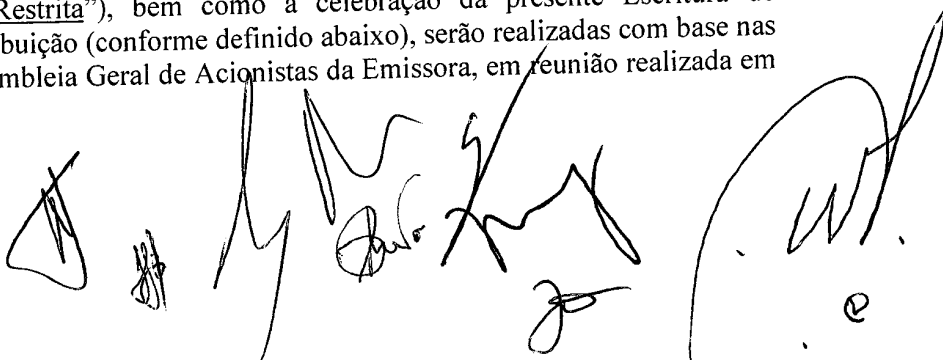
como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures ("Debenturistas") da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, a ser convolada na espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Emissora, objeto desta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo);

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

A Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário (em conjunto, "Partes") vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina Açucareira Ester S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"), a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente, podendo ser genericamente referidas simplesmente como "Oferta Restrita"), bem como a celebração da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Emissora, em reunião realizada em



29 de fevereiro de 2016 ("AGE da Emissora") e pelo Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 29 de fevereiro de 2016 ("RCA da Emissora"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. A outorga da Fiança (conforme definido abaixo) por parte dos Fiadores Pessoas Jurídicas foram aprovadas por meio da Assembleia Geral de Acionistas da Nogueirapis, em reunião realizada em 29 de fevereiro de 2016 ("AGE da Nogueirapis") e da Assembleia Geral de Acionistas da Anhumas, em reunião realizada em 29 de fevereiro de 2016 ("AGE da Anhumas") e, em conjunto com a AGE da Emissora, a RCA da Emissora e a AGE da Nogueirapis, as "Aprovações Societárias").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. A Emissão das Debêntures e a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição, serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Dispensa Automática de Registro

2.1.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada de registro na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na forma do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição.

2.1.1.2. A Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ("ANBIMA") exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", condicionado à expedição, até a data de comunicação de encerramento da Oferta Restrita pelo Coordenador Líder (conforme definido abaixo), de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.1.2. Arquivamento e Publicação das Aprovações Societárias

2.1.2.1. As Aprovações Societárias que deliberam sobre a Oferta Restrita e outorga da Fiança serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicadas no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"), e (ii) DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.



2.1.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.1.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP e registrados nos Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de Cosmópolis e Campinas, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo certo que tais registros deverão ser obtidos antes da subscrição e integralização das Debêntures. Uma vez devidamente arquivados e registrados, deverão ser enviados pela Emissora em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos devidamente arquivados e registrados.

2.1.3.2. Caso a Emissora não providencie os registros previstos na Cláusula 2.1.3.1 acima, o Agente Fiduciário poderá promovê-los, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

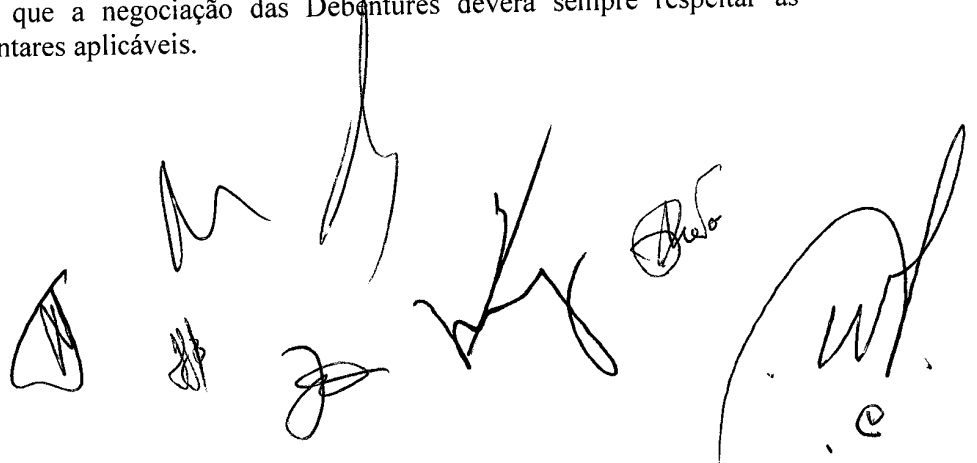
2.1.3.3. As Garantias Reais (conforme definido abaixo) e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis ou Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, conforme aplicável, observados os prazos e condições previstos em cada um dos instrumentos das Garantias Reais. Uma vez devidamente registrados, deverão ser enviados pela Emissora tempestivamente ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos instrumentos das Garantias Reais e seus eventuais aditamentos devidamente registrados.

2.1.4. Registro para Distribuição Primária e Negociação e Custódia Secundária

2.1.4.1. As Debêntures serão depositadas para (i) distribuição no mercado primário e subscritas e integralizadas de acordo com os procedimentos da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP, e (ii) negociação em mercado secundário perante o Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5. Negociação

2.1.5.1. Depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição pelos Investidores Profissionais (conforme definido abaixo), as Debêntures poderão ser negociadas no mercado secundário por investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM 539 (“Investidores Qualificados”), nos termos do disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e observado o cumprimento, pela Emissora, dos itens do artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



Year	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099
1990	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100										

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

3

2

1

1

Debêntures

(seis mil) Debêntures.


rsos.

s obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados para a produtores rurais ou suas cooperativas, ou no financiamento direto ou as atividades da Emissora estão relacionadas ou com a produção, ou com o beneficiamento ou com a industrialização de produtos ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

[illegible]

3.7. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

3.7.2. Nos termos do caput do art. 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da Oferta Restrita.



4.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 11 de março de 2016 (“Data de Emissão”).

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.3.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista titular, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.4. Espécie

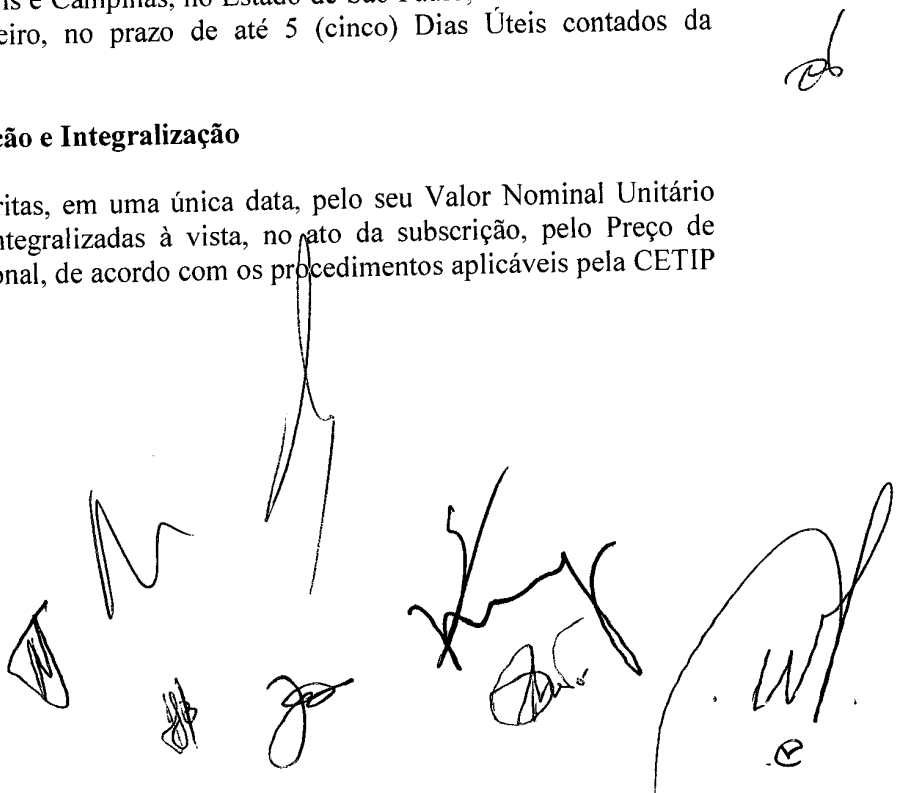
4.4.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e serão posteriormente convoladas para a espécie com garantia real.

4.4.2. Até 11 de dezembro de 2016, a Emissora deverá, de forma irrevogável e irretratável, constituir as Garantias Reais descritas na Cláusula 4.14 abaixo, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 4.14.1.1).

4.4.3. A Emissora, os Fiadores e o Agente Fiduciário obrigam-se a aditar esta Escritura de Emissão para alterar a espécie e a garantia das Debêntures. O aditamento à Escritura de Emissão deverá ser protocolizado para registro na JUCESP e averbação nos Cartórios de Títulos e Documentos da Cidade de Cosmópolis e Campinas, no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da formalização de tal aditamento.

4.5. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.5.1. As Debêntures serão subscritas, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), e serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos aplicáveis pela CETIP ("Data de Subscrição").

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately seven distinct marks, including a large stylized signature on the right, a signature in the center, and several smaller initials or signatures on the left and bottom center.

4.6. Data de Vencimento

4.6.1. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 69 (sessenta e nove) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das Debêntures no caso da ocorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

4.7. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.7.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês contado da Data de Emissão, em 5 (cinco) parcelas anuais, devidas sempre no dia 11 de dezembro de cada ano, observado que a primeira parcela será devida em 11 de dezembro de 2017 e a última parcela devida em 11 de dezembro de 2021, de acordo com a tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures"):

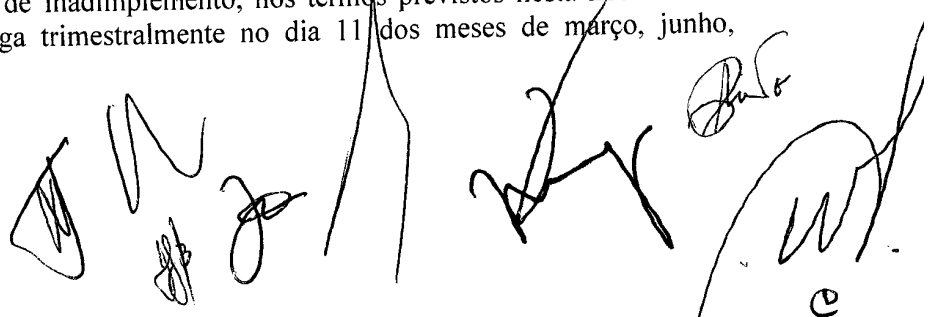
PARCELA	DATA DE PAGAMENTO DA AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES
1ª	11 de dezembro de 2017	20,00%
2ª	11 de dezembro de 2018	20,00%
3ª	11 de dezembro de 2019	20,00%
4ª	11 de dezembro de 2020	20,00%
5ª	11 de dezembro de 2021	saldo do Valor Nominal Unitário

4.8. Remuneração

4.8.1. Juros Remuneratórios

4.8.1.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures.

4.8.2. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios, desde a Data de Subscrição ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior, até a Data de Pagamento da Remuneração subsequente, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* de 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das Debêntures no caso da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente no dia 11 dos meses de março, junho,



1. *What is the purpose of the study?*
 2. *What are the research objectives?*
 3. *What is the research design?*
 4. *What are the variables?*
 5. *What is the sample size?*
 6. *What are the data sources?*
 7. *What are the data collection methods?*
 8. *What are the data analysis methods?*
 9. *What are the results?*
 10. *What are the conclusions?*
 11. *What are the limitations?*
 12. *What are the recommendations?*
 13. *What are the references?*
 14. *What are the appendices?*
 15. *What are the glossary?*
 16. *What are the abbreviations?*
 17. *What are the acronyms?*
 18. *What are the symbols?*
 19. *What are the units?*
 20. *What are the formulas?*
 21. *What are the equations?*
 22. *What are the diagrams?*
 23. *What are the figures?*
 24. *What are the tables?*
 25. *What are the charts?*
 26. *What are the graphs?*
 27. *What are the plots?*
 28. *What are the maps?*
 29. *What are the photos?*
 30. *What are the videos?*
 31. *What are the audios?*
 32. *What are the interviews?*
 33. *What are the focus groups?*
 34. *What are the surveys?*
 35. *What are the experiments?*
 36. *What are the case studies?*
 37. *What are the case reports?*
 38. *What are the case analyses?*
 39. *What are the case reviews?*
 40. *What are the case studies?*
 41. *What are the case reports?*
 42. *What are the case analyses?*
 43. *What are the case reviews?*
 44. *What are the case studies?*
 45. *What are the case reports?*
 46. *What are the case analyses?*
 47. *What are the case reviews?*
 48. *What are the case studies?*
 49. *What are the case reports?*
 50. *What are the case analyses?*
 51. *What are the case reviews?*
 52. *What are the case studies?*
 53. *What are the case reports?*
 54. *What are the case analyses?*
 55. *What are the case reviews?*
 56. *What are the case studies?*
 57. *What are the case reports?*
 58. *What are the case analyses?*
 59. *What are the case reviews?*
 60. *What are the case studies?*
 61. *What are the case reports?*
 62. *What are the case analyses?*
 63. *What are the case reviews?*
 64. *What are the case studies?*
 65. *What are the case reports?*
 66. *What are the case analyses?*
 67. *What are the case reviews?*
 68. *What are the case studies?*
 69. *What are the case reports?*
 70. *What are the case analyses?*
 71. *What are the case reviews?*
 72. *What are the case studies?*
 73. *What are the case reports?*
 74. *What are the case analyses?*
 75. *What are the case reviews?*
 76. *What are the case studies?*
 77. *What are the case reports?*
 78. *What are the case analyses?*
 79. *What are the case reviews?*
 80. *What are the case studies?*
 81. *What are the case reports?*
 82. *What are the case analyses?*
 83. *What are the case reviews?*
 84. *What are the case studies?*
 85. *What are the case reports?*
 86. *What are the case analyses?*
 87. *What are the case reviews?*
 88. *What are the case studies?*
 89. *What are the case reports?*
 90. *What are the case analyses?*
 91. *What are the case reviews?*
 92. *What are the case studies?*
 93. *What are the case reports?*
 94. *What are the case analyses?*
 95. *What are the case reviews?*
 96. *What are the case studies?*
 97. *What are the case reports?*
 98. *What are the case analyses?*
 99. *What are the case reviews?*
 100. *What are the case studies?*

Sendo que:

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:
Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a Data de Subscrição ou Data de Pagamento da Remuneração anterior, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



Sendo que:
 n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do produtório, sendo “ n ” um número inteiro;

TDIk = Taxa DI, de ordem “k”, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

DIk = Taxa DI, de ordem “k”, divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

ANEXO
09 03 15

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 5,1000; e

n = número de dias úteis entre a Data de Subscrição ou Data de Pagamento da Remuneração anterior e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

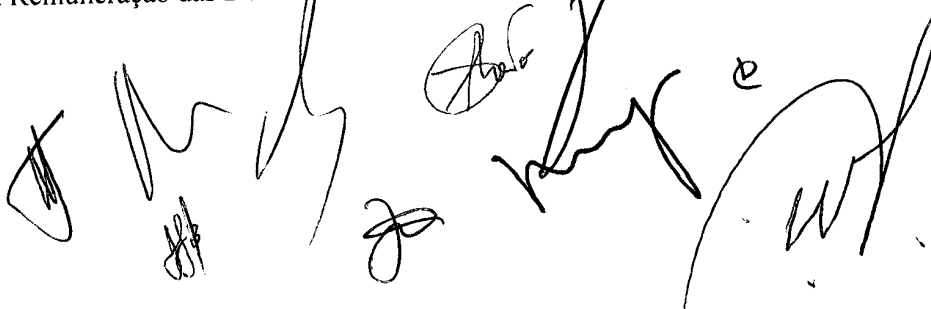
Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.2.1. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração.

4.8.3. *Ausência de Divulgação.* No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa determinada legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro Dia Útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), no modo e prazos estipulados na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.



4.8.3.1. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.8.3.2. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, ou em prazo mais extenso a ser definido pelos Debenturistas na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de comum acordo com a Emissora, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Subscrição, ou da última data de pagamento da Remuneração, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula da Cláusula 4.8.2, sendo que a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível.

4.8.4. Para fins do cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como (i) o intervalo de tempo que se inicia na Data de Subscrição e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou, (ii) no caso dos demais Períodos de Capitalização, o intervalo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento, vencimento antecipado ou data do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável.

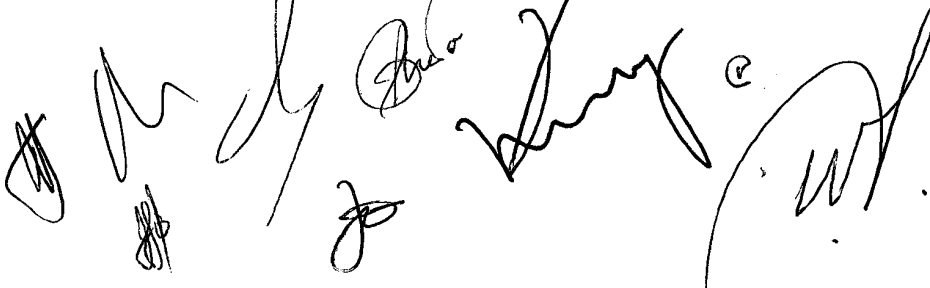
4.8.5. Farão jus aos pagamentos referentes à amortização do Valor Nominal Unitário e à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior à respectiva data de pagamento.

4.9. Repactuação

4.9.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa

4.10.1. As Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas extraordinariamente, desde que tal amortização esteja limitada a até 98% (noventa e oito inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária Facultativa"), ou ainda resgatadas, a qualquer tempo, desde que em sua totalidade ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), a critério da Emissora, mediante Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária Facultativa (conforme termos definidos na Cláusula 4.10.5 abaixo).



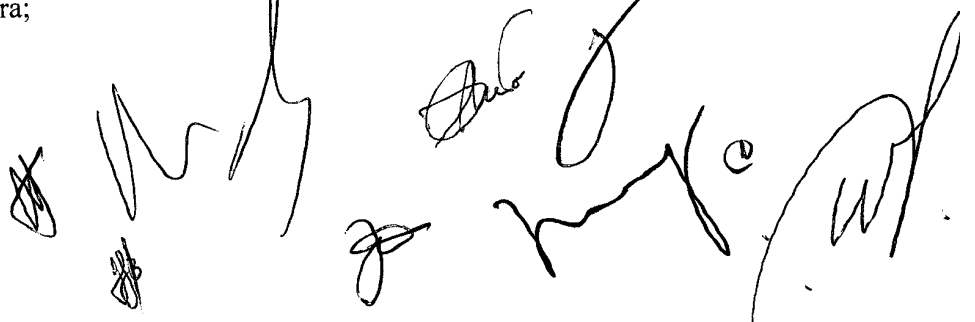
4.12. Vencimento Antecipado

- (i) descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas, previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos instrumentos das Garantias Reais, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da data do respectivo descumprimento;
- (ii) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, previstas nesta Escritura de Emissão e/ou nos instrumentos das Garantias Reais, não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico;
- (iii) a ocorrência de (a) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer dos Fiadores Pessoas Jurídicas ou por qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações")) pela Emissora ("Controlada"), independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente, (b) insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, de qualquer Fiador ou de qualquer de suas Controladas, e/ou (c) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora, de qualquer Fiador Pessoa Jurídica ou de qualquer de suas Controladas;
- (iv) decretação da insolvência civil dos Fiadores Pessoas Físicas;
- (v) falecimento ou interdição de qualquer um dos Fiadores Pessoas Físicas, sem que no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar do falecimento ou interdição haja a indicação de outros garantidores, os quais deverão ser aprovados por Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

1

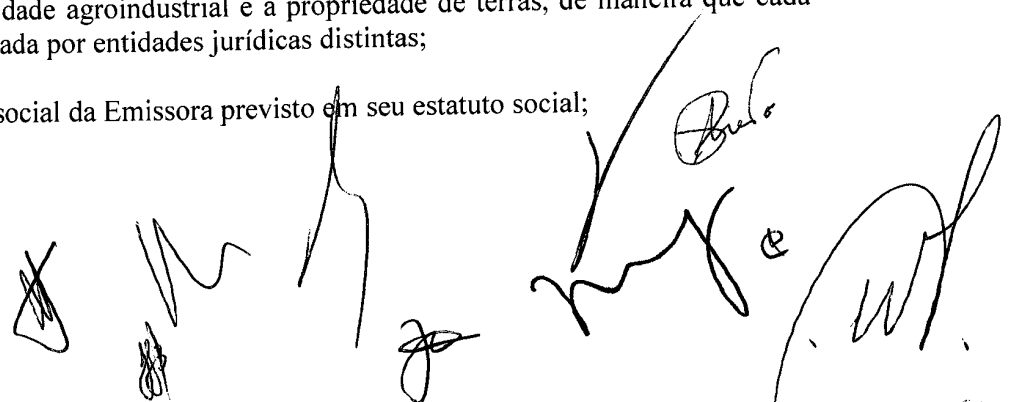
DECLARAÇÃO
DE OBRIGAÇÕES

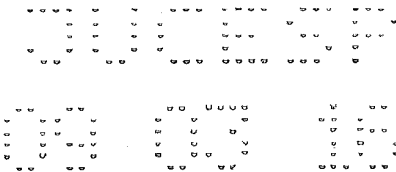
- (xiii) realização, pela Emissora, de operações fora de seu objeto social e/ou prática de qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com o previsto nesta Escritura de Emissão;
- (xiv) realização de redução de capital social da Emissora, sem a prévia e expressa aprovação da totalidade dos Debenturistas;
- (xv) inadimplemento, pela Emissora, por qualquer Fiador e/ou por qualquer de suas Controladas, de qualquer decisão ou sentença judicial, administrativa ou arbitral proferida contra a Emissora, qualquer Fiador e/ou qualquer de suas Controladas, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento na respectiva decisão ou sentença o inadimplemento for sanado;
- (xvi) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de constituição das Garantias Reais, nos termos previstos nas Cláusulas 4.4, 4.14.2 e 4.14.3 da presente Escritura de Emissão;
- (xvii) descumprimento, pela Emissora, da obrigação de Reforço dos Direitos Creditórios conforme previsto na Cláusula 4.14.3.2 abaixo e no respectivo instrumento da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios;
- (xviii) desapropriação, confisco, arresto, sequestro, penhora ou outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que implique perda da propriedade ou posse direta de ativos da Emissora, que, individual ou conjuntamente, atinja valor igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, e tal medida não seja sanada pela Emissora no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data em que a Emissora for oficialmente notificada de referido evento;
- (xix) provarem-se falsas, incorretas ou enganosas, na data em que foram prestadas, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Distribuição;
- (xx) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido abaixo);
- (xxi) pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer outra forma a seus acionistas, ressalvado o pagamento do dividendo obrigatório, conforme disposto da Lei das Sociedades por Ações, ou qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;



CONFIDENTIAL

- (vi) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive ambientais, da Emissora, de qualquer Fiador Pessoa Jurídica ou Controlada, exceto (a) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo); ou (b) se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento administrativo ou jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, do Fiador Pessoa Jurídica ou Controlada, conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão, alvará ou autorização;
- (vii) protesto de títulos contra a Emissora, por qualquer Fiador ou suas Controladas, conforme aplicável, em valor agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ao Agente Fiduciário que: (a) o protesto foi cancelado; ou, (b) foram prestadas pela Emissora, pelo competente Fiador ou por suas Controladas, conforme o caso, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (viii) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Emissora, de qualquer Fiador ou de suas Controladas, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, cujo valor remanescente da obrigação, à época da declaração do vencimento antecipado, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas;
- (ix) inadimplemento de qualquer obrigação financeira da Emissora, de qualquer Fiador ou de suas Controladas, conforme aplicável, no mercado local ou internacional, cujo valor principal unitário seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se o inadimplemento for sanado pela Emissora, pelo Fiador ou por suas Controladas, conforme o caso, no prazo previsto no respectivo contrato ou, em sua falta, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que a Emissora for oficialmente notificada de referido evento;
- (x) transformação do tipo societário da Emissora;
- (xi) cisão (incluindo *Drop Down* de ativos), fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou ainda, qualquer outra forma de reorganização societária, que envolvam a Emissora, os Fiadores Pessoas Jurídicas, e/ou quaisquer de suas Controladas ("Reorganização Societária"), exceto se a Reorganização Societária tiver como objetivo a separação da atividade agroindustrial e a propriedade de terras, de maneira que cada uma possa ser realizada por entidades jurídicas distintas;
- (xii) alteração do objeto social da Emissora previsto em seu estatuto social;





- (xxii) caso esta Escritura de Emissão ou qualquer disposição relevante desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, as disposições acerca da Fiança, sejam questionadas judicialmente (desde que referido questionamento não seja elidido ou a Emissora não tenha apresentado defesa no prazo legal), revogadas, rescindidas, anuladas ou deixem, por qualquer razão, de estar válidas e em vigor;
- (xxiii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão para as finalidades descritas no item “Destinação dos Recursos” acima; e
- (xxiv) ocorrência de um Efeito Adverso Relevante.

4.12.1.1. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (i), (ii), (iii), (viii), (ix), (xi), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xix), (xx), (xxi) e (xxii), as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.12.1.2. Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos (iv), (v), (vi), (vii), (x), (xii), (xiii), (xviii), (xxiii) e (xxiv) acima, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da ciência da ocorrência do referido Evento de Inadimplemento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o eventual não vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão com base no respectivo Evento de Inadimplemento, observado o disposto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão. Se, na referida Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em Circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, as Debêntures serão declaradas como vencidas antecipadamente, aplicando-se o disposto na Cláusula 4.12.2 abaixo.

4.12.2. Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta com aviso de recebimento à Emissora, com cópia para o Banco Liquidante e Escriurador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o resgate das Debêntures pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição ou da Data de Pagamento da Remuneração anterior até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios incidentes desde a data do inadimplemento até a data de seu efetivo pagamento.

4.12.3. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 4.12.2 acima.

4.12.4. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, os recursos recebidos, fora do âmbito da CETIP, pelo Agente Fiduciário em pagamento, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão. Caso os recursos recebidos não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em relação às obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; e (iii) Valor Nominal Unitário. A Emissora permanecerá responsável pelo saldo devedor das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão enquanto não forem pagas, declarando a Emissão, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

4.12.5. Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) “Efeito Adverso Relevante” significa um efeito adverso relevante (a) nos negócios, condições (financeiras ou de outra forma), operações, desempenho ou propriedades da Emissora; (b) na capacidade da Emissora de executar suas obrigações relativas à Emissão; ou (iii) (c) nos direitos e/ou medidas e ações da Emissora, que, em qualquer caso, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora, durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, superior a 30% (trinta por cento) em relação à receita operacional líquida consolidada da Emissora apurada durante os 12 (doze) meses correspondentes ao trimestre anterior; e
- (ii) “Drop Down” significa transferência de bens ou direitos da Emissora para investidas ou participadas, em troca de participação societária (quotas ou ações), sem que exista redução de capital.

4.13. Encargos Moratórios

4.13.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, devidamente atualizados pela Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.14. Garantias



4.14.1.2.Os Fiadores se obrigam por este instrumento e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas (representados pelo Agente Fiduciário), na qualidade de devedores solidários e principais pagadores das Obrigações Garantidas, até o integral pagamento de referidas obrigações, com renúncia expressa aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil Brasileiro, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

4.14.1.4.Os Fiadores prestam a Fiança aqui referida de forma solidária e em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a si e a seus respectivos sucessores a qualquer título pelo cumprimento integral das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.



4.14.1.7.O pagamento mencionado na Cláusula 5.8.4 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas pelo agente fiduciário.

...nado na Cláusula 5.8.4 acima deverá ser realizado fora do âmbito
...ruções recebidas pelo agente fiduciário.

4.14.1.8.A Fiança poderá ser executada e exigida pelos Debenturistas, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

4.14.1.9.Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com a finalidade de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

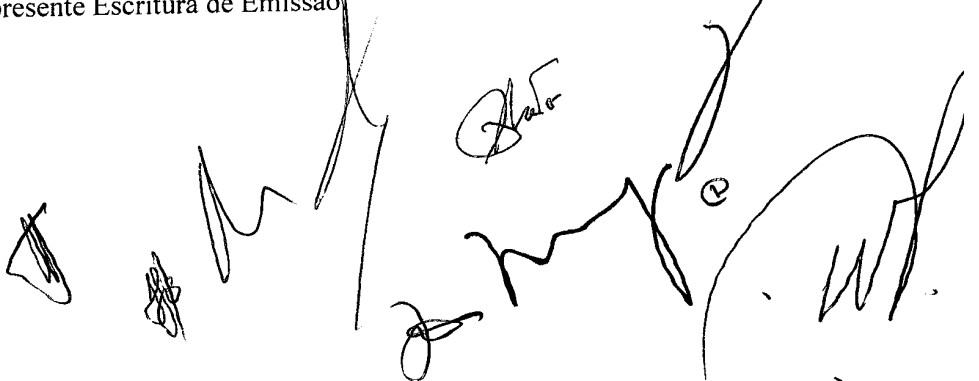
4.14.1.10. Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta cláusula até o limite da parcela da dívida efetivamente por eles honrada, sendo certo que os Fiadores observarão o direito de preferência dos Debenturistas, conforme previsto no artigo 351 do Código Civil, que abrangerá a cobrança de todas as obrigações oriundas das Obrigações Garantidas, pelo que se comprometem, de forma irrevogável e irretratável, a abster-se da cobrança, extrajudicial ou judicial, de quaisquer valores que lhe sejam devidos pela Emissora em razão das Obrigações Garantidas até o pagamento integral das Obrigações Garantidas aos Debenturistas.

4.14.1.11. Os Fiadores concordam e se obrigam a (a) somente exigir e/ou demandar a Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão após o adimplemento total das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão pela Emissora ou por qualquer um dos Fiadores; e (b) caso receba qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos desta Escritura de Emissão, antes da integral liquidação desta Escritura de Emissão, repassar imediatamente tal valor ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, na forma a ser por este informada.

4.14.1.12. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão, inclusive nos casos de prorrogação do prazo de vencimento final das Debêntures.

4.14.1.13. As obrigações dos Fiadores aqui assumidas permanecerão válidas e eficazes mesmo na ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou alteração dos termos e condições das Debêntures acordados entre a Emissora e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou pedido de falência.

4.14.1.14. Os Fiadores desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo como data de vencimento a data do pagamento integral das obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately seven distinct marks, including what appear to be full names and some initials, all written in a cursive or semi-cursive style. The signatures are located below the final paragraph of the document.

4.14.1.15. Os Fiadores Pessoas Físicas declaram que são capazes para praticar todos os atos da vida civil, e o estado civil de cada um dos Fiadores pessoas físicas é aquele previsto no preâmbulo desta Escritura de Emissão.

4.14.2. Alienação Fiduciária de Imóvel(is)

4.14.2.1. Até 11 de dezembro de 2016, a Emissora deverá, de forma irrevogável e irrevogável, constituir, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, alienação fiduciária sobre um ou mais imóveis de sua propriedade ou de propriedade de seus acionistas diretos ou indiretos, em termos satisfatórios aos Debenturistas ("Alienação Fiduciária de Imóveis").

4.14.2.2. Os imóveis alienados fiduciariamente deverão representar valor equivalente a 100% (cem por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme comprovado em laudo a ser preparado pelas empresas Control Union, FNP – Engenharia e Avaliações ou Engebank ("Laudo de Avaliação"), observado que (i) o Laudo de Avaliação em questão deverá ter sido preparado em prazo inferior a 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores ao prazo estipulado na Cláusula 4.14.2.1 acima, e (ii) o instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Imóveis somente será celebrado após a aprovação, por Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, dos imóveis apresentados pela Emissora para essa finalidade e do respectivo instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Imóveis. O Laudo de Avaliação deverá ser atualizado anualmente, a contar da data da formalização do instrumento constitutivo da Alienação Fiduciária de Imóveis.

4.14.3. Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

4.14.3.1. Até 11 de dezembro de 2016, a Emissora deverá, de forma irrevogável e irrevogável, constituir, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Cláusula 4.14.1.1), cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos de contratos de compra e venda de açúcar no mercado externo celebrados junto a compradores de primeira linha, cujo instrumento constitutivo deverá ser aprovado pelos Debenturistas ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Imóveis, as "Garantias Reais".

4.14.3.2. Os direitos creditórios representativos da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios deverão representar, a cada Período de Verificação, 100% (cem por cento) do valor equivalente à próxima parcela vincenda de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 4.7.1 acima.

4.14.3.3. Observado o disposto no item 4.14.3.2 acima, caso necessário, a Emissora deverá renovar, substituir ou completar os direitos creditórios anualmente, devendo constituir a cessão fiduciária em relação a tais novos direitos creditórios ou outros ativos, conforme venha a ser previsto no respectivo instrumento da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, no prazo máximo de 90 dias anteriores à data final de cada Período de Verificação, conforme descrito na Cláusula 4.14.3.4 abaixo. Tais novos direitos creditórios deverão apresentar características iguais



ou melhores em relação aos direitos creditórios originalmente concedidos em garantia, observados ainda os termos e condições a serem previstos no respectivo instrumento constitutivo da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios ("Reforço dos Direitos Creditórios").

4.14.3.4. Para os fins desta Cláusula:

- (iii) "Período de Verificação" significa (i) o período compreendido entre a data limite para constituição da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e a data da primeira amortização do Valor Nominal Unitário (inclusive), no caso do 1º Período de Verificação; e (ii) a data de pagamento da última amortização do Valor Nominal Unitário (exclusive) e a próxima data de pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário (inclusive), para os demais Períodos de Verificação, conforme descrito na Cláusula 4.7 acima, com o seguinte formato:

Período de Verificação	Data Inicial (exclusive)	Data Final (inclusive)
1º Período de Verificação	11 de dezembro de 2016	11 de dezembro de 2017
2º Período de Verificação	11 de dezembro de 2017	11 de dezembro de 2018
3º Período de Verificação	11 de dezembro de 2018	11 de dezembro de 2019
4º Período de Verificação	11 de dezembro de 2019	11 de dezembro de 2020
5º Período de Verificação	11 de dezembro de 2020	11 de dezembro de 2021

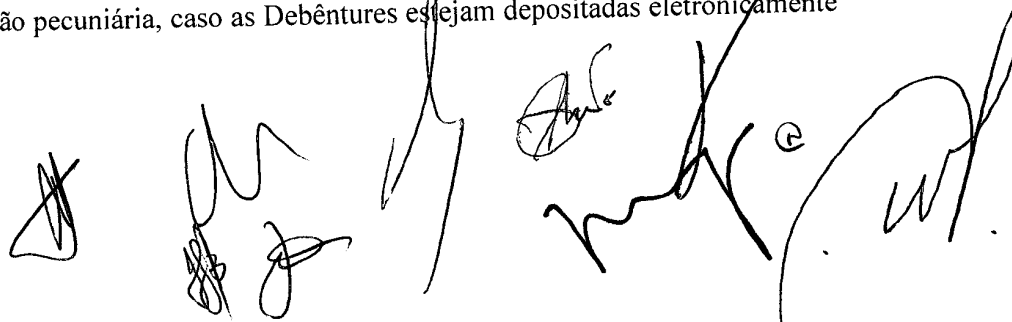
4.15. Local de Pagamento e Imunidade

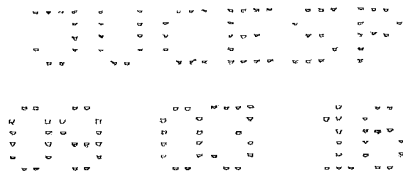
4.15.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme seus procedimentos, ou por meio do Banco Liquidante das Debêntures para os Debenturistas que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.15.2. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. No entendimento do Banco Liquidante, caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.16. Prorrogação dos Prazos

4.16.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária, caso as Debêntures estejam depositadas eletronicamente





na CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária, caso as Debêntures não estejam depositada eletronicamente na CETIP, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.

4.17. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração aplicável e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser comunicados por meio de notificação para os endereços indicados acima nesta Escritura de Emissão ou na forma de "Avisos aos Debenturistas" e publicados no DOESP e no DCI – Diário Comércio Indústria & Serviços, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.usinaester.com.br), observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora, ainda, comunicar o Agente Fiduciário sobre a realização da referida publicação, na mesma data em que ocorrer, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, a Emissora deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, nos instrumentos das Garantias Reais e de outras obrigações expressamente previstas na legislação e regulamentação em vigor a Emissora está adicionalmente obrigada a:

(i) disponibilizar em sua página na Internet:

(a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou até 5 (cinco) Dias Úteis após a data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, fornecer (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da

administração e do relatório de auditoria dos auditores independentes, as quais deverão ser preparadas de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora"), (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora, bem como (iii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), no tocante à entrega de informações periódicas, nos prazos ali previstos ou, se não houver prazo determinado nesse normativo, em até 2 (dois) Dias Úteis da data em que forem realizados;


(ii) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) em até 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a Emissão ou a Oferta Restrita que lhe venha a ser solicitada; e
- (b) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, informações a respeito do descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento.

(iii) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial no tocante aos deveres de divulgação e o uso de informações sobre ato ou fato relevante e de divulgação de informações na negociação de valores mobiliários de emissão da Emissora;

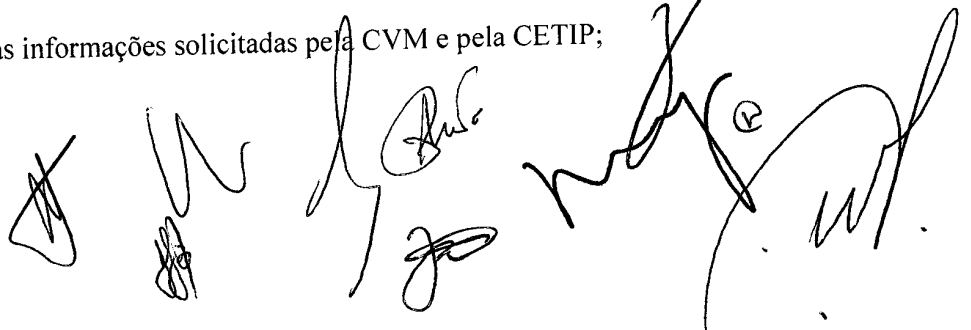
(iv) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;

(v) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual se realize negócios ou possua ativos, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou



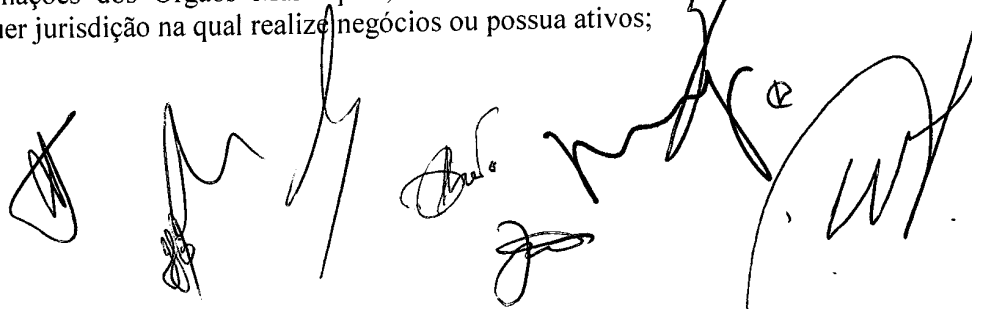
judicial e cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão;

- (vi) contratar e manter contratados, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão, às suas expensas, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e os sistemas de distribuição (MDA) e de negociação (CETIP21) das Debêntures;
- (vii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal;
- (viii) arcar com todos os custos decorrentes da Emissão e da Oferta Restrita, incluindo todos os custos relativos de registro na CETIP, das despesas comprovadamente efetuadas pelo Agente Fiduciário, de registro, de publicação dos atos necessários à Emissão e à Oferta Restrita, da contratação do Agente Fiduciário, Escriturador e assessores legais; e
- (ix) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar as demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
 - (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358 no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
 - (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP;
 - (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;

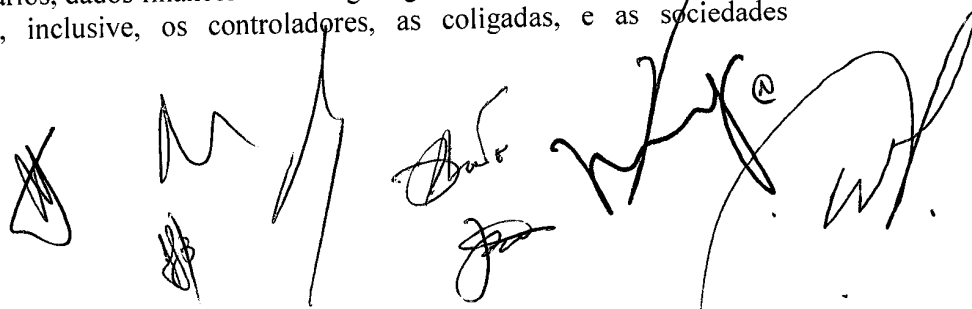


DEBENTURAS

- (h) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (x) apresentar, por meio desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, declarações e informações verdadeiras, consistentes, completas e corretas na data em que foram prestadas;
- (xi) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”);
- (xii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xiii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (i) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto o que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a sua preparação;
- (xiv) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (xv) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xvi) em até 2 (dois) Dias Úteis da ocorrência do evento, notificar ao Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como sobre qualquer evento ou situação que: (i) possa afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (xvii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com instrumentos das Garantias Reais, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xviii) cumprir, e fazer com que suas controladas cumpram, todas as leis, regras e regulamentos, inclusive socioambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



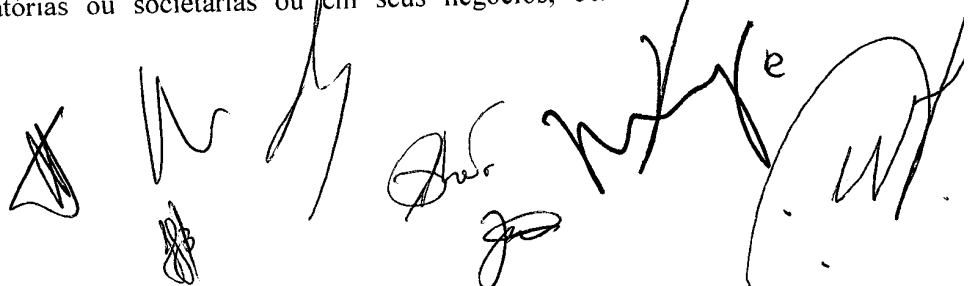
- (xix) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos instrumentos das Garantias Reais, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xx) manter, e fazer com que suas controladas mantenham, sempre válidas e em vigor as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (xxi) cumprir todas as normas de ordem socioambiental aplicáveis à Emissora, em especial com relação aos seus projetos e atividades de qualquer forma beneficiados pela Oferta Restrita;
- (xxii) manter válidas e regulares durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos instrumentos das Garantias Reais, no que for aplicável;
- (xxiii) comunicar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e a CVM, quanto à ocorrência de Evento de Inadimplemento, bem como de qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (xxiv) obter e manter válidas e eficazes todas as autorizações, incluindo as societárias e governamentais, exigidas (i) para a validade ou exequibilidade das Debêntures e dos instrumentos das Garantias Reais; e (ii) para o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações decorrentes das Debêntures;
- (xxv) não distribuir, publicar ou elaborar qualquer material publicitário com relação à Oferta Restrita;
- (xxvi) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado por escrito com o Coordenador Líder;
- (xxvii) responder e responsabilizar-se pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência de todas as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures, incluindo as informações contidas nesta Escritura de Emissão e nos instrumentos das Garantias Reais;
- (xxviii) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, desde que a preço de mercado, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (xxix) enviar os atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as coligadas, e as sociedades



integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório de que trata a Cláusula 6.5(xii) abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos anteriores ao encerramento do prazo previsto na Cláusula 6.5(xiii) abaixo.

5.2. Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura, nos instrumentos das Garantias Reais e de outras obrigações expressamente previstas na legislação e regulamentação em vigor os Fiadores estão adicionalmente obrigados a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) em até 5 (cinco) Dias Úteis, qualquer informação relacionada com a Emissão ou a Oferta Restrita que lhes venha a ser solicitada; e
 - (b) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de ciência ou recebimento, conforme o caso, informações a respeito do descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento.
- (ii) não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social, se aplicável, e/ou com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (iii) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual se realize negócios ou possua ativos, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas na Escritura de Emissão;
- (iv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pelos Fiadores na esfera judicial ou administrativa e cujo descumprimento não tenha um Efeito Adverso Relevante no cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos à Fazenda Federal, Estadual ou Municipal;
- (v) apresentar, por meio desta Escritura de Emissão e dos demais documentos relacionados à Oferta Restrita, declarações e informações verdadeiras, consistentes, completas e corretas na data em que foram prestadas;
- (vi) em até 2 (dois) Dias Úteis da ocorrência do evento, notificar ao Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas suas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou em seus negócios, bem como sobre



qualquer evento ou situação que: possa afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, por qualquer dos Fiadores, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

- (vii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, conforme aplicável, com esta Escritura de Emissão e com instrumentos das Garantias Reais, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (viii) cumprir, e fazer com que suas controladas e/ou a Emissora, conforme aplicável, cumpram, todas as leis, regras e regulamentos, inclusive socioambientais, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; e
- (ix) cumprir todas as normas de ordem socioambiental aplicáveis aos Fiadores, conforme aplicável.

5.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

5.4. As despesas a que se refere a Cláusula 5.1 (xxix) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal, Varas da Justiça Estadual, e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias;
- (iii) despesas de viagem, alimentação, transporte e estada de seus agentes, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (iv) despesas incorridas com contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (v) despesas cartorárias;

DUPLICATA
09 09 16

- (vi) fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (vii) despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e
- (viii) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.4.1. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas e razoavelmente incorridas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário nas hipóteses em que a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

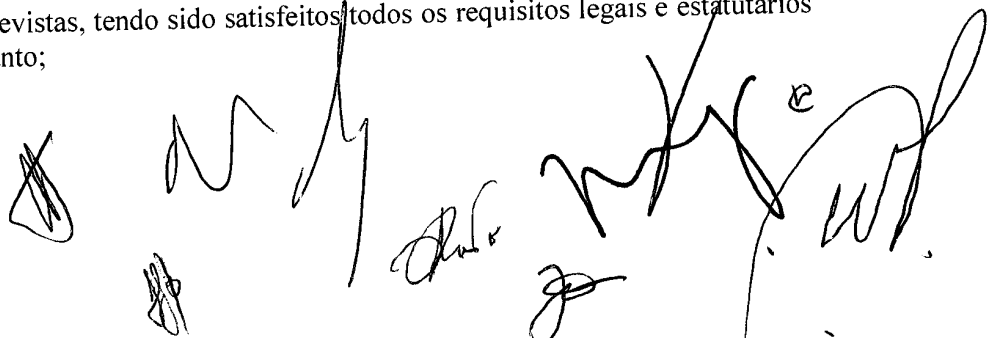
5.4.2. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas reembolsadas caso tenham sido realizadas em violação (i) a critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) à função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”);
- (vii) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (viii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (ix) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e
- (x) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

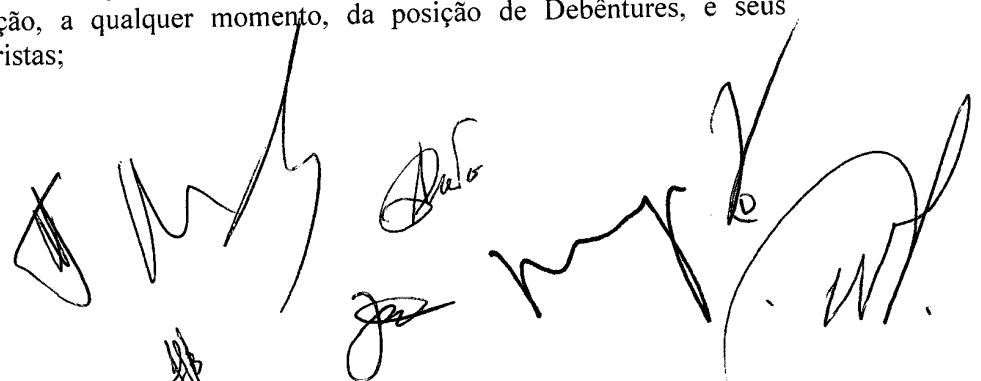
6.4. Será devida, pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, remuneração anual equivalente a R\$9.000,00 (nove mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

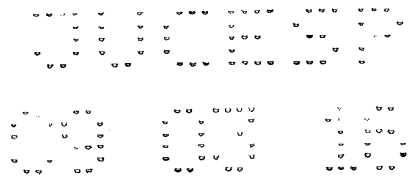
6.4.1. As parcelas citadas na Cláusula 6.4 acima serão reajustadas pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) ou, na falta deste ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

brança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

- 6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 6.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por este no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.
- 6.5. Sem prejuízo de outras obrigações previstas em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
 - (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - (iii) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (v) promover, caso a Emissora não o faça, os registros desta Escritura de Emissão e dos instrumentos das Garantias Reais e respectivos aditamentos, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
 - (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, a expensas desta;
- (x) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo), conforme procedimento previsto nesta Escritura de Emissão;
- (xi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (f) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (g) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (h) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- C O N T E U D O
- D E
- (i) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora, conforme aplicável;
- (j) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos; e
- (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como Agente Fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) o valor da emissão; (iii) a quantidade e espécie das debêntures emitidas; (iv) o prazo de vencimento das debêntures; (v) o tipo e valor dos bens dados em garantia, bem como a denominação dos garantidores; e (vi) os eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xiii) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até quatro meses após o encerramento de cada exercício social. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
- (b) na sede do Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder.
- (xiv) publicar, em conjunto com a Emissora e às suas expensas, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, conforme previsto na Cláusula 4.18.1, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (xv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações razoáveis feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- 



- (xvi) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes de mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br, o valor unitário calculado pela Emissora;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos instrumentos das Garantias Reais e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (xviii) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, na forma prevista na Cláusula 4.18.1 acima, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis da ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos instrumentos das Garantias Reais, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (ii) executar a Fiança e os instrumentos das Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens (i) a (iv) acima, se os Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por unanimidade. Na hipótese do item (v), bastará a aprovação de Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação em sede de Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por

cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos da Cláusula 2.1.3 acima.

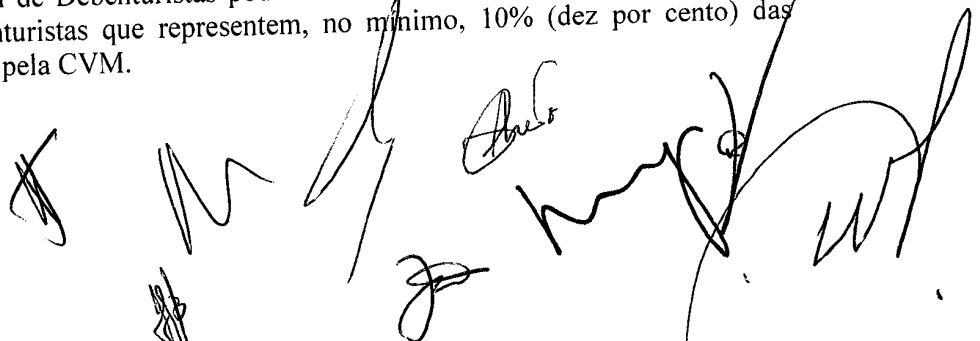
6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 4.18.1 acima.

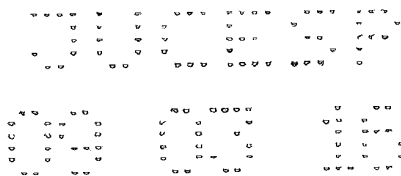
6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.





7.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

7.3.1. Independentemente de quaisquer formalidades relacionadas à convocação e instalação de Assembleias Gerais de Debenturistas, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem a totalidade dos Debenturistas.

7.4. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleito por estes próprios.

7.5. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora e dos Fiadores nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora e dos Fiadores será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que suas presenças serão obrigatórias.

7.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no parágrafo abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

7.6.1. Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 7.6 acima:

- (i) os quóruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura de Emissão; e
- (ii) quaisquer alterações a qualquer disposição desta Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que deverão ser aprovadas pela totalidade dos Debenturistas.

7.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora; (ii) a qualquer sociedade controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora; (iii) a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas nos itens anteriores; ou (iv) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores. Para efeitos de quórum de deliberação, não serão computados os votos em branco.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes

perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.10. Os Debenturistas, por meio da subscrição ou aquisição das Debêntures, expressam sua concordância com as deliberações das tomadas de acordo com as disposições previstas nesta cláusula.

7.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

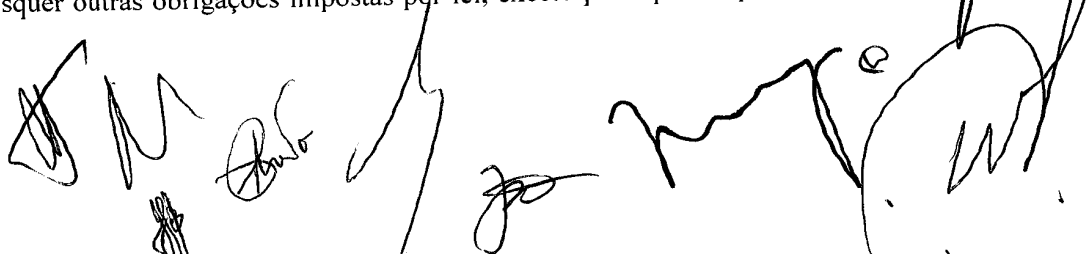
CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

8.1. A Emissora e cada Fiador, neste ato, declara que, conforme aplicável:

- (i) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta Restrita e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta Restrita, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais da Emissora e dos Fiadores Pessoas Jurídicas que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e dos Fiadores Pessoas Jurídicas, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (iv) são plenamente capazes e estão devidamente aptos a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com as obrigações aqui previstas;
- (v) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, exceto pelas limitações impostas por lei em caso de falência, ou recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas;
- (vi) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta Restrita (a) não infringem o estatuto social da Emissora ou dos Fiadores Pessoas Jurídicas; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer Fiador seja

parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer Fiador seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus ou gravame, judicial ou extrajudicial, sobre qualquer ativo da Emissora ou de qualquer Fiador; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Emissora ou qualquer Fiador e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou qualquer Fiador e/ou qualquer de seus ativos;

- (vii) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (ix) as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e dos demais documentos da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita e da Emissora e dos Fiadores;
- (x) os documentos e informações fornecidos aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (xi) as Demonstrações Financeiras Consolidadas Auditadas da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 2015, 2014 e 2012 e as Demonstrações Financeiras Consolidadas Revisadas da Emissora relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de setembro de 2015 e 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (xii) está, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xiii) está, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de



boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;

- (xiv) possui, assim como as Controladas, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- (xv) observa irrestritamente todas as normas de ordem socioambiental aplicáveis à suas atividades e projetos, incluindo, mas não se limitando, a regulamentação trabalhista e social no que tange à saúde e segurança ocupacional e à não utilização de mão de obra infantil ou análoga à escravidão;
- (xvi) inexistente, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, que em qualquer dos casos deste inciso: (i) possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) vise anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar as Debêntures; e
- (xvii) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos no âmbito da Oferta Restrita são verdadeiros, consistentes, precisos, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento das Debêntures pelos Investidores Profissionais.

8.2. A Emissora e os Fiadores, de forma irrevogável e irretratável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e/ou o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos acima.

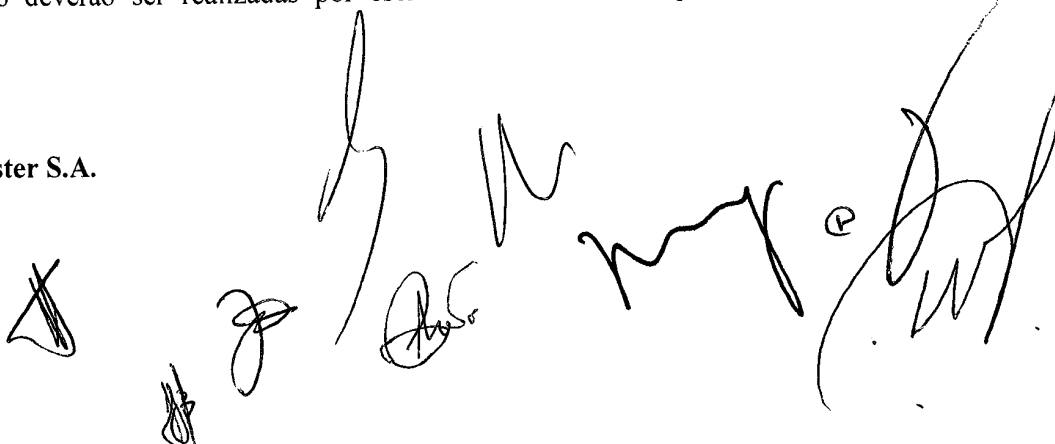
8.3. A Emissora e os Fiadores se comprometem a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas, por escrito, caso qualquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora ou qualquer Fiador se tornem imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser realizadas por escrito e encaminhadas para os seguintes endereços:

Se para a Emissora:

Usina Açucareira Ester S.A.



Conjunto Industrial "Usina Ester"
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Thiago Sousa Barros dos Santos
Tel.: (19) 3872.9100
E-mail: thiago@usinaester.com.br

Se para os Fiadores:

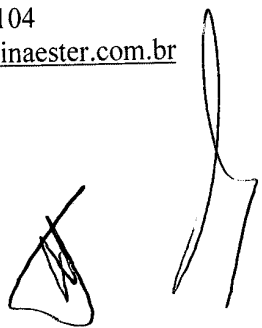
Companhia Agrícola Nogueirapis
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

Anhumas S.A.
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

Sergio Luis Coutinho Nogueira
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

Antonio Carlos Coutinho Nogueira
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

José Bonifácio Coutinho Nogueira Filho
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br



Paulo Nogueira Neto
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

Paulo Nogueira Junior
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

Luiz Antonio Nogueira
Caixa Postal 53
Cosmópolis – SP, CEP 13150-970
At.: Jaine Stahl Gaido
Tel.: (19) 3872.9104
E-mail: jaine@usinaester.com.br

Se para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304
Rio de Janeiro – RJ, CEP 22640-102
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385-4565
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Se para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010, São Paulo - SP
At.: Sr. Luiz Petito
Telefone: (11) 2797-4441
E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials. On the left, there is a signature that appears to be 'Jaine'. In the center, there is a signature that looks like 'Luiz'. To the right of the center, there is a signature that appears to be 'Marco'. On the far right, there is a large, stylized signature that could be 'Nathalia' or 'Marcelle'. There are also some smaller initials and marks scattered around these main signatures.

Se para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010, São Paulo-SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Se para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 São Paulo - SP

Att.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596 / (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

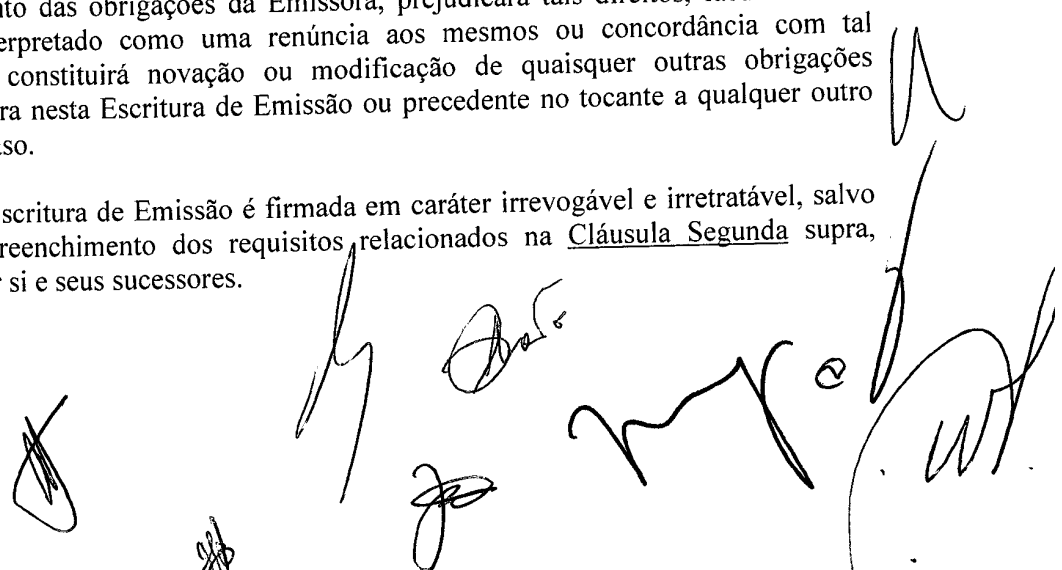
9.2. Todas as comunicações ou notificações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços indicados acima. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A alteração de qualquer dos endereços deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as Partes por si e seus sucessores.



10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

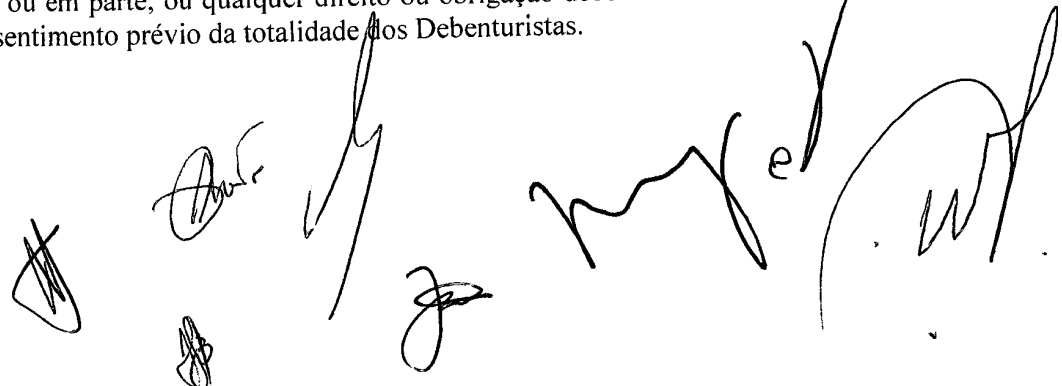
10.4. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável ou desta Escritura de Emissão.

10.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.7. As Partes concordam que a presente Escritura, assim como os demais documentos da Emissão poderão ser alterados, sem a necessidade de qualquer aprovação dos Debenturistas, sempre que e somente (i) quando tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências de adequação a normas legais, regulamentares ou exigências da CVM, ANBIMA, BM&FBOvespa ou da CETIP; (ii) quando verificado erro material, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético; ou ainda (iii) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

10.8. A Emissora e os Fiadores não poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão e/ou as Debêntures, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas.



10.9. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.10. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.11. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – FORO

11.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura de Emissão, em 7 (sete) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

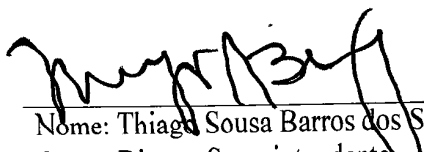
São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

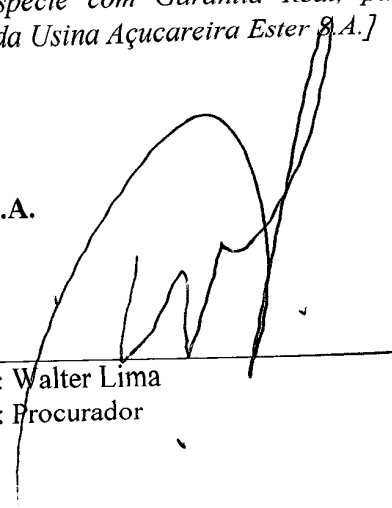
[*restante da página intencionalmente deixado em branco*]



[Página de assinatura 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina Açucareira Ester S.A.]

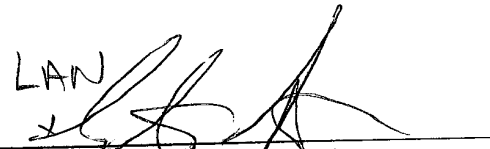
USINA AÇUCAREIRA ESTER S.A.

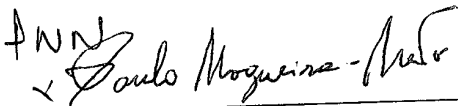

Nome: Thiago Sousa Barros dos Santos
Cargo: Diretor Superintendente


Nome: Walter Lima
Cargo: Procurador

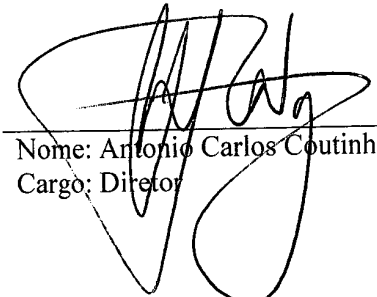
Fiadores:

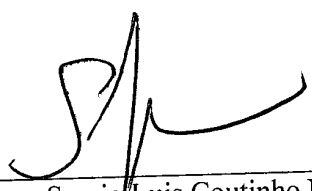
COMPANHIA AGRÍCOLA NOGUEIRAPIS

LAN

Nome: Luiz Antonio Nogueira
Cargo: Diretor

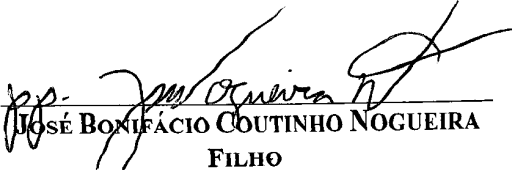
PNN

Nome: Paulo Nogueira Neto
Cargo: Diretor

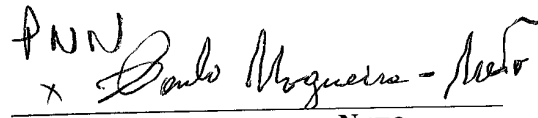
ANHUMAS S.A.



Nome: Antonio Carlos Coutinho Nogueira
Cargo: Diretor

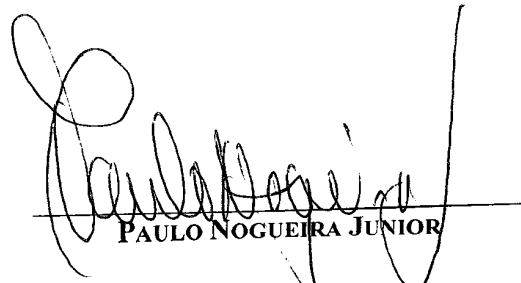

Nome: Sergio Luis Coutinho Nogueira
Cargo: Diretor

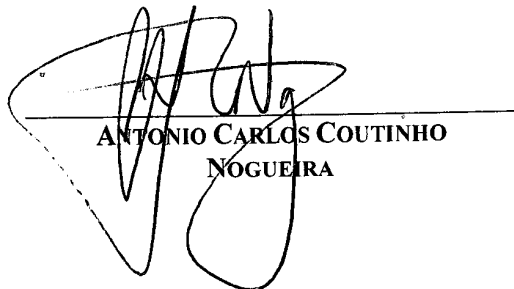
[Página de assinatura 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina Açucareira Ester S.A.]

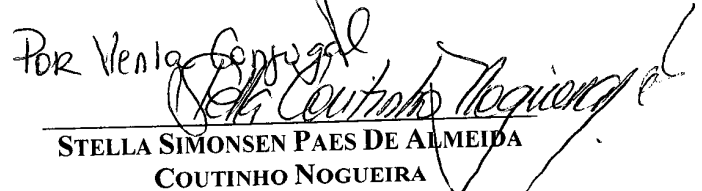

JOSÉ BONIFÁCIO COUTINHO NOGUEIRA
FILHO
POR PROCURAÇÃO: JOSÉ BONIFÁCIO
COUTINHO NOGUEIRA NETO

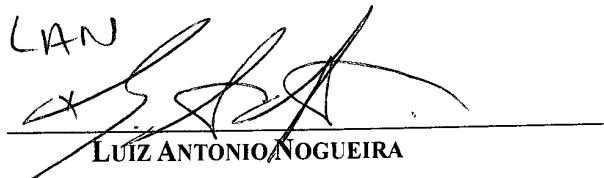
PNN
x 
PAULO NOGUEIRA NETO


SERGIO LUIS COUTINHO NOGUEIRA


PAULO NOGUEIRA JUNIOR


ANTONIO CARLOS COUTINHO
NOGUEIRA

Por Venda Conjugal

STELLA SIMONSEN PAES DE ALMEIDA
COUTINHO NOGUEIRA
POR PROCURAÇÃO: ANTONIO
CARLOS COUTINHO NOGUEIRA

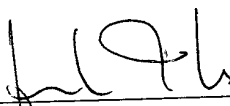
LAN
x 
LUIZ ANTONIO NOGUEIRA



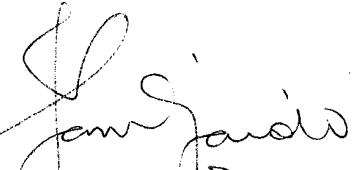


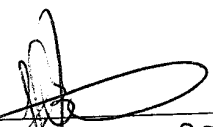
[Página de assinatura 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a ser Convolada na Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Usina Açucareira Ester S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Gabriela F. Pacheco
Cargo: Procuradora
RG: 45.008.309-3

Testemunhas:


Nome: Flávia Regina Brito
CPF: 016.546.208-66


Nome: AMAURY JOAO BERNAZZO
CPF: 045.416.808-07

